

OS FILHOS SE NEGAM A ALIMENTAR SEUS PAIS E AVÓS

Clóvis Luis Marcolin – Atuário

Previdência Social, em síntese, no atual modelo intergeracional e financiado sob o regime financeiro atuarial de repartição simples, é o compromisso das gerações jovens para com os agora envelhecidos, isto é, dos filhos para com seus pais e avós, ou mesmo bisavós, considerando que esses produziram condições sanitárias que os permitiu viver alguns anos mais, fruto da recuperação de um estado sócio-ambiental menos nocivo à vida.

Os jovens de hoje, em plena atividade social produtiva se negam a prover o sustento na velhice para aqueles que os sustentaram desde o nascimento até a plena capacidade de se inserirem no sistema produtivo nacional. Agora, a sociedade de consumo incute nos jovens uma filosofia baseada no “cada um por si”, válida apenas para eles, agora, que estão capacitados a consumir e usufruir de bens inúteis e mesmo inservíveis, tão somente para manter a máquina produtiva gerando lucros ao capital. Quanto mais o jovem produtivo consumir, menos sobrarão para destinar ao sustento dos envelhecidos, também chamados de aposentados e pensionistas, daí que aceitam propostas que diminuem o custo social com os de gerações anteriores tudo para que possam dispor de mais recursos para transferir às indústrias produtoras de bens e serviços que lhes são disponibilizados.

A disputa não é se o jovem deve ou não sustentar seus progenitores, mas se parte da renda nacional deve ser destinada à indústria da produção de bens para a geração em atividade, ou se é permitido que recursos sejam alocados à indústria que mantém o velho vivo, tal como a farmacêutica, a da medicina, dos planos de saúde, hospitais, etc.

Nem velhos, nem jovens parecem estar conscientes dessa disputa entre esses segmentos industriais, de um lado a indústria e serviços voltados a quem está acumulando renda, e de outro os segmentos que enriquecem com os dinheiros de aposentadorias e pensões. A ferrenha disputa é econômico-financeira e joga com a concorrência entre as apropriações da riqueza nacional nas mãos de quem está em atividade laborativa e o segmento envelhecido da sociedade bancada pelos recursos previdenciários. Então sob esse foco os embates vão para a esfera política, para além da participação desses dois segmentos, e deixam que o Estado decida por eles o que deve ser alocado ao segmento produtivo – os trabalhadores ativos -, ou para o segmento dos aposentados e pensionistas – os trabalhadores consumidores de uma indústria da sobrevida pós-produção.

Produzir para si e ainda reservar alguma coisa para o sustento dos mais velhos implica dizer sobreviver e manter vivos os aposentados e pensionistas é um esforço social feito através dos sistemas de previdência, logo quando se alteram os compromissos com a massa envelhecida da sociedade o jovem está dizendo aos seus pais, avós e bisavós, que comam

menos, que é um peso que eles não estão dispostos a pagar, que querem seu rendas para usufruir dos bens de consumo ao invés de consumir parte desse ganho em transferência de renda para manter seus antepassados vivos.

A sociedade que opta por não manter seus velhos vivos, quer dizer por aniquilar seus sistemas de previdência, perde em sabedoria, em reserva de conhecimento, a tal experiência que os jovens tanto necessitam em momentos de dificuldades. A evolução de uma sociedade está diretamente centrada na quantidade e qualidade dos seus anciãos, principalmente, os mantidos vivos, após seu período de trabalho materialmente ativo e produtivo, independente, de outras formas produtivas desenvolvidas na aposentadoria.

Aumentar a idade para aposentadoria é tudo isso que o abandono aos velhos pode significar, inclusive, a sua prematura morte. Dizer que tais reformas não afetam os já aposentados é uma forma cínica de dizer que somente os velhos de amanhã estarão mais desamparados que os atuais, como se isso não tivesse nada a ver com um pacto social dos quais todos devessem participar e opinar decidindo o que bem desejam para suas sociedades ao invés de delegar tais decisões aos políticos.

A nossa previdência social não é inclusiva, nem trata com dignidade seus velhos, ela está estruturada como se fosse uma mesa na cozinha onde se servem aos empregados de segunda classe as sobras, ou um cardápio de menor qualidade, para os velhos desdentados, do que aquele que os senhores fortes, ativos e empregados, se alimentam, ao lado, na bela e imponente sala de jantar, tal qual ocorria no período da escravidão.

A Constituição de 1988 havia mudado isso, mas as reformas, principalmente, as Emendas Constitucionais números 20, de FHC, e 41 de Lula, retiraram as conquistas igualitárias daquela Carta Magna e nos devolveram ao século XVIII. Não seria de se estranhar se a próxima reforma nos conduzisse às condições em que os velhos viviam no período medieval, pois o retrocesso, o descompromisso com quem já deixou de ser produtivo como empregado do capital é objeto da atual guerra entre o capital de consumo voltado para as massas trabalhadoras e o capital das indústrias que abastecem as necessidades típicas da massa envelhecida já aposentada.

Nessa disputa entre o imediato consumo de bens e serviços destinados a quem está em atividade e os produtos e serviços de manutenção da vida, preferencialmente, consumidos pelos aposentados e pensionistas dos sistemas previdenciários os governos têm tomado partido a favor do segmento de consumo imediato e adotando reformas legislativas que transferem cada vez menos recursos para os trabalhadores inativados, e demais dependentes, da previdência social. Uma opção que não deveria existir, e uma opção burra porque mata na sociedade a esperança, no indivíduo, de que terá o amparo da sociedade quando já não puderem se manter por seus próprios meios. E de outra parte, esse mesmo comportamento transfere ao indivíduo a obrigação de poupar recursos, porque não confia no Estado, e essa poupança é sempre mais elevada do que o necessário, portanto, contribuindo para diminuir a

circulação de recursos presentemente, deslocando-o para o previsível desamparo futuro.

Os efeitos da diminuição das despesas previdenciais do Estado enseja alocação para essas futuras despesas em volume muito maior do que realmente a sociedade precisaria dispendendo ocasionando efeito contrário ao que os governos pretendem ao economizar com despesas na previdência social, qual seja a destinação de maiores recursos no consumo presente.

Os descontroles nas contas públicas não decorrem dos gastos previdenciais, mas do mau gerenciamento da máquina estatal sobre os 90% do restante de seus gastos os quais nada tem a ver com o sustento de aposentados e pensionistas.

De outra parte convém sempre lembrar que o governo não retira de sua arrecadação tributária recursos para pagamento das despesas previdenciais, senão que elas advêm das rendas e salários dos próprios consumidores-trabalhadores ativos. Nesse contexto também lembramos que apregoar a tese de que empresário paga imposto, ou previdência, é uma falácia, eles apenas recolhem os recursos que o consumidor final de seu produto paga, e ele paga não só o custo, o lucro, mas também todos os salários e encargos e demais tributos incluídos no preço final de serviços ou mercadorias e produtos.

Empresário não paga imposto e governo não gasta nada em previdência social essas duas verdades escondem a ignominiosa gestão fraudulenta que o Estado realiza contra o cidadão e em favor dos segmentos econômicos que patrocina as eleições dos governantes. A partir dessas mentiras difundidas exaustivamente se valem os governos para retirar cada vez mais recursos arrecadados dos trabalhadores ativos e destinados ao sustento de gerações precedentes sob a forma de benefícios previdenciários para alocá-los em favor de outros grupos econômicos interessados na apropriação desses dinheiros que deveriam transitar pela administração pública tão somente para serem transferidos a quem está na inatividade como aposentado ou pensionista dependente de ex-trabalhador contribuinte.

Aqui, infelizmente, nem nos processos eleitorais o aposentado é considerado uma força política, apesar de seus mais de 27 milhões de votos, então esperar que se construa uma barreira para impedir alterações no sistema previdenciário é uma utopia. Nossos velhos, mal vão aos hospitais, porque já compreenderam que, também lá, o Estado não lhes amparará, e, então, não esperamos que saiam às ruas para derrubar um governo que atente contra suas existências, sobrevidas, e a própria ordem social pactuada no ordenamento constitucional, a qual os políticos, de plantão, se prestam a alterar sem respeitar a vontade do povo, que fingem não conhecer.

Brasília, 20/10/2010.